

Contestações judiciais vão ser evitadas

O Governo quer evitar contestações judiciais no momento em que os impostos passarem a ser corrigidos pela Unidade Real de Valor (URV). O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, informou ontem que a Receita Federal está estudando os aspectos legais, referentes à utilização do novo indexador.

Fernando Henrique assegurou que os estudos da Receita Federal não incluem a adoção de um outro indexador, específico para os impostos. Segundo ele, a idéia é evitar que se repita o que aconteceu com a Taxa Referencial de Juros (TR), suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por ser considerada inconstitucional.

As constestações judiciais em relação à TR tinham como base o fato de o indexador não ser uma forma de correção monetária, tornando-se inadequado para corrigir os impostos. O Governo está preocupado com a interpretação da Justiça sobre a URV, por ser lastreada pelo dólar. Apesar de admitir que poderão surgir problemas legais, o ministro lembrou que a URV só entrará em vigor depois que o Congresso Nacional aprovar o plano de estabilização. Ele reafirmou que o equilíbrio das contas públicas deve preceder o indexador, para a obtenção de resultados positivos.

Hiperinflação — O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, descartou ontem a possibilidade de uma hiperinflação no País, nos próximos meses, e garantiu que não há qualquer sinal na economia que aponte para uma disparada inflacionária. "Isso não é verdade, Isso é pura especulação", afirmou o ministro.